

# CBD 2005

\* Companhia Brasileira de Distribuição  
Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

# 2005

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

31 de dezembro de 2005 e 2004

com Parecer dos Auditores Independentes

## ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações do Resultado	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora	5
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	7
Parecer dos Auditores Independentes	32



GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	108.726	139.287	168.603	233.809
Aplicações financeiras	621.906	620.291	1.542.234	945.661
Contas a receber	436.394	495.535	1.153.170	1.199.464
Estoques	835.921	810.244	1.115.286	1.089.648
Impostos a recuperar	366.049	409.570	476.236	521.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.807	3.036	84.745	23.538
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	33.997	30.124	35.812	32.045
Despesas antecipadas	25.357	16.610	27.884	22.258
Outros	250.596	197.743	306.405	222.499
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.745.753</b>	<b>2.722.440</b>	<b>4.910.375</b>	<b>4.290.000</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Fundo de investimento em direitos creditórios	186.051	158.442	-	-
Contas a receber	30.941	18.788	324.470	313.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.303	70.459	383.584	363.924
Valores a receber de partes relacionadas	778.281	632.829	4.519	892
Depósitos para recursos judiciais	188.807	172.479	228.969	187.818
Aplicações financeiras	-	-	-	121.269
Despesas antecipadas	2.034	4.442	2.034	4.442
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>1.222.417</b>	<b>1.057.439</b>	<b>943.576</b>	<b>991.977</b>
<b>Permanente</b>				
Investimentos	1.263.113	1.018.132	227.632	263.621
Imobilizado	3.119.896	3.720.629	3.861.714	4.425.445
Diferido	435.672	498.557	979.915	1.069.174
<b>Total do ativo permanente</b>	<b>4.818.681</b>	<b>5.237.318</b>	<b>5.069.261</b>	<b>5.758.240</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.786.851</b>	<b>9.017.197</b>	<b>10.923.212</b>	<b>11.040.217</b>

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Fornecedores	1.333.731	1.239.116	1.654.234	1.545.449
Empréstimos e financiamentos	375.866	708.546	422.614	1.234.898
Debêntures	17.979	59.896	17.979	69.416
Salários e encargos sociais	129.096	120.744	157.639	150.257
Impostos e contribuições sociais a recolher	74.411	43.543	89.753	54.617
Dividendos propostos	62.053	89.059	62.053	89.059
Valores a pagar a partes relacionadas	40.655	36.896	-	-
Provisão para passivo a descoberto de Controlada	55.014	52.227	-	-
Financiamento de compras de imóveis	24.989	11.596	24.989	12.636
Aluguéis a pagar	28.723	15.270	40.586	26.740
Outros	59.109	40.548	99.584	65.349
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.201.626</b>	<b>2.417.441</b>	<b>2.569.431</b>	<b>3.248.421</b>
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	550.061	842.202	1.213.838	875.911
Debêntures	401.490	401.490	401.490	524.553
Impostos parcelados	300.563	318.199	313.471	331.841
Provisão para contingências	1.011.039	869.395	1.076.911	922.324
Outros	69.700	117.480	69.700	117.480
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>2.332.853</b>	<b>2.548.766</b>	<b>3.075.410</b>	<b>2.772.109</b>
Quotas resgatáveis do PAFIDC	-	-	738.612	617.126
Participação minoritária	-	-	287.387	351.571
Patrimônio líquido				
Capital social	3.680.240	3.509.421	3.680.240	3.509.421
Reservas de lucros	572.132	541.569	572.132	541.569
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>8.786.851</b>	<b>9.017.197</b>	<b>10.923.212</b>	<b>11.040.217</b>
Valor patrimonial por lote de mil ações do capital social – em reais	37,41	35,68		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Receita operacional bruta	11.339.629	10.876.160	16.120.963	15.297.446
Impostos sobre vendas	(1.989.057)	(2.023.623)	(2.707.567)	(2.732.429)
Receita líquida das vendas	9.350.572	8.852.537	13.413.396	12.565.017
Custo das mercadorias vendidas	(6.598.305)	(6.272.599)	(9.438.126)	(8.891.475)
Lucro bruto	2.752.267	2.579.938	3.975.270	3.673.542
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas com vendas	1.524.542	1.411.184	2.300.026	2.160.681
Gerais e administrativas	326.135	320.822	505.652	468.722
Depreciação e amortização	456.186	401.563	625.281	489.569
Impostos e taxas	35.592	33.306	63.150	60.767
Despesas financeiras	472.766	485.059	683.547	618.268
Receitas financeiras	(323.762)	(279.987)	(446.698)	(330.264)
Resultado de equivalência patrimonial	(47.576)	(44.496)	16.190	(5.307)
	2.443.883	2.327.451	3.747.148	3.462.436
Lucro operacional	308.384	252.487	228.122	211.106
Resultado não-operacional	35.799	99.016	32.131	80.278
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e da participação dos empregados	344.183	351.503	260.253	291.384
Imposto de renda e contribuição social	(77.064)	29.140	(52.994)	49.544
Lucro antes das participações dos empregados	267.119	380.643	207.259	340.928
Participações dos empregados nos resultados	(10.129)	(10.813)	(14.453)	(14.317)
Participação dos acionistas minoritários	-	-	64.184	43.219
Lucro líquido do exercício	256.990	369.830	256.990	369.830
Lote de mil ações em circulação no final do exercício	113.667.916	113.522.239		
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações	2,26	3,26		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Bônus de subscrição	Legal	Expansão	A realizar	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2003	3.157.178	172.122	87.456	160.491	8.968	182.207	-	3.768.422
Aumentos de capital	352.243	(172.122)	-	(160.491)	-	(17.833)	-	1.797
Capitalização de reservas	350.446	(172.122)	-	(160.491)	-	(17.833)	-	-
Integralização	1.797	-	-	-	-	-	-	1.797
Destinação de reserva	-	-	-	147.937	-	(147.937)	-	-
Realização de reserva	-	-	-	-	(4.899)	-	4.899	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	369.830	369.830
Reserva legal	-	-	18.492	-	-	-	(18.492)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(89.059)	(89.059)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	267.178	(267.178)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004	<b>3.509.421</b>	-	<b>105.948</b>	<b>147.937</b>	<b>4.069</b>	<b>283.615</b>	-	<b>4.050.990</b>
Aumento do capital social	<b>170.819</b>	-	-	<b>(147.937)</b>	-	<b>(16.437)</b>	-	<b>6.445</b>
Capitalização de reservas	<b>164.374</b>	-	-	<b>(147.937)</b>	-	<b>(16.437)</b>	-	-
Integralização de capital	<b>6.445</b>	-	-	-	-	-	-	<b>6.445</b>
Destinação de reserva	-	-	-	<b>240.460</b>	-	<b>(240.460)</b>	-	-
Realização de reserva	-	-	-	-	<b>(4.069)</b>	-	<b>4.069</b>	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	<b>256.990</b>	<b>256.990</b>
Reserva legal	-	-	<b>12.849</b>	-	-	-	<b>(12.849)</b>	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	<b>(62.053)</b>	<b>(62.053)</b>
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	<b>186.157</b>	<b>(186.157)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	<b>3.680.240</b>	-	<b>118.797</b>	<b>240.460</b>	-	<b>212.875</b>	-	<b>4.252.372</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	256.990	369.830	256.990	369.830
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	456.186	401.563	625.281	489.569
Valor residual do imobilizado baixado	1.002.823	68.863	1.022.612	73.703
Juros e variações monetárias de longo prazo	175.324	6.484	417.519	177.238
Provisão para contingências	44.234	134.348	51.855	125.548
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.156	(61.873)	(19.660)	(88.587)
Ganhos líquidos por diluição de participação societária	(30.807)	(255.463)	(49.447)	(256.956)
Resultado de equivalência patrimonial	(47.576)	(44.496)	16.190	(5.307)
Participação minoritária	-	-	(64.184)	(43.219)
	<b>1.891.330</b>	<b>619.256</b>	<b>2.257.156</b>	<b>841.819</b>
De acionistas				
Aumento de capital	6.445	1.797	6.445	1.797
Aumento de participação minoritária	-	-	-	385.677
Cisão de empresas	-	-	-	309.007
Acervo líquido vertido na constituição de controlada	-	27.022	-	325.208
De terceiros				
Empréstimos, financiamentos e outros exigíveis	69.172	784.328	642.389	546.858
Transferência para o ativo circulante	22.776	32.971	144.045	23.538
<b>Total das origens</b>	<b>1.989.723</b>	<b>1.465.374</b>	<b>3.050.035</b>	<b>2.433.904</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>				
Aumento do realizável a longo prazo	399.244	-	60.869	164.463
No ativo permanente				
Investimentos	2.500	29.350	21.537	577.552
Imobilizado	727.168	471.061	888.518	561.424
Diferido	72.900	950	74.556	19.602
Transferência para passivo circulante	486.730	671.654	643.137	868.591
Dividendos propostos	62.053	89.059	62.053	89.059
<b>Total das aplicações</b>	<b>1.750.595</b>	<b>1.262.074</b>	<b>1.750.670</b>	<b>2.280.691</b>
<b>Aumento do capital circulante líquido</b>	<b>239.128</b>	<b>203.300</b>	<b>1.299.365</b>	<b>153.213</b>
<b>Variações no capital circulante líquido</b>				
Ativo circulante				
No fim do exercício	2.745.753	2.722.440	4.910.375	4.290.000
No início do exercício	2.722.440	2.999.059	4.290.000	3.753.125
	<b>23.313</b>	<b>(276.619)</b>	<b>620.375</b>	<b>536.875</b>
Passivo circulante				
No fim do exercício	2.201.626	2.417.441	2.569.431	3.248.421
No início do exercício	2.417.441	2.897.360	3.248.421	2.864.759
	<b>(215.815)</b>	<b>(479.919)</b>	<b>(678.990)</b>	<b>383.662</b>
<b>Aumento no capital circulante líquido</b>	<b>239.128</b>	<b>203.300</b>	<b>1.299.365</b>	<b>153.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

## 1. Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD") tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de hipermercados, supermercados e lojas especializadas e de departamentos, representadas basicamente pelas denominações comerciais "Pão de Açúcar", "Extra", "Barateiro", "Comprebem", "Extra Eletro" e "Sendas". Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia dispunha de 556 lojas em funcionamento (551 lojas em 31 de dezembro de 2004), sendo 384 lojas operadas pela controladora e o restante por suas controladas, seis lojas operadas pela Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc"), 52 lojas operadas pela Sé Supermercados Ltda. ("Sé"), sete lojas operadas pela Companhia Pernambucana de Alimentação ("CIPAL") e 107 lojas operadas pela Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas Distribuidora"). Em 2005 a Companhia iniciou diversos projetos que visam ao aumento da competitividade com rentabilidade, valendo destacar o início da implantação dos seguintes projetos: Dinâmica Comercial (revisão dos processos e sistemas relacionados a Compras e Gestão de Categorias); Reestruturação da área de Marketing (cancelamento dos contratos com as agências externas); Central de Serviços Compartilhados; Central de Compras de Materiais e Serviços Indiretos (não destinados à venda); Orçamento Base Zero; Gestão Matricial de Despesas; *Economic Value Added* (EVA) e Eficiência Máxima em Supermercados – identificação de *Benchmarks* internos e disseminação das melhores práticas para todo o Grupo.

### a) Sendas Distribuidora

As operações da Sendas Distribuidora tiveram início em 1º de fevereiro de 2004 mediante a assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Investimento e de Associação com a Sendas S.A. ("Sendas"). Essa controlada concentra a atividade de varejo da Companhia e da Sendas em todo o Estado do Rio de Janeiro. A Companhia iniciou em 2005 um processo de reestruturação com o objetivo de aumentar a lucratividade através de ganhos de eficiência. Diversas ações foram tomadas já no quarto trimestre de 2005 para redução de despesas operacionais e corporativas, bem como revisão de processos e sistemas. A redução de despesas operacionais provém da revisão dos processos operacionais que busca sua simplificação e racionalização. Além disso, a redução das despesas corporativas foi baseada em ganhos de escala sustentados pela centralização e compartilhamento de serviços.

### b) Associação com o Itaú

Em 27 de julho de 2004, foi celebrado um Memorando de Entendimentos entre o Banco Itaú Holding Financeira S.A. ("Itaú") e a Companhia com o objetivo de constituir a Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC"). A FIC atua na estruturação e comercialização de produtos e serviços financeiros e correlatos para os clientes da CBD, com exclusividade (vide Nota 9 (d)). A Companhia participa em 50% do capital da FIC através de sua subsidiária Miravalles Empreendimentos e Participações S.A.

### c) Joint Venture com o Casino

Em 3 de maio de 2005, o Grupo Diniz e o Grupo Casino (com sede na França) constituíram a Vieri Participações S.A. (Vieri) que passou a ser a controladora da CBD com controle compartilhado pelos dois grupos de acionistas.

Em 22 de junho de 2005, foram celebrados entre os Grupos Acordos de Acionistas da Empresa Controladora (Vieri) e da CBD, estabelecendo que o controle da CBD é exercido exclusivamente pela Vieri.

O Grupo Casino transferiu créditos ao Grupo Diniz da ordem de R\$ 1.029.000 que foram utilizados na compra de 60 imóveis (lojas) da CBD, sendo 28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar. Essas lojas foram alugadas à CBD por 20 anos, com opção de renovação por mais dois períodos consecutivos de dez anos cada.

Como resultado desta implantação da transação, a composição do capital social da CBD ficou distribuída da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Total (bilhões)	Total Percentual do total de ações (%)
	Quantidade de ações ordinárias (bilhões)	Percentual do total de ações ordinárias (%)	Quantidade de ações preferenciais (bilhões)	Percentual do total de ações preferenciais (%)		
Vieri	32,7	65,6	-	-	32,7	28,8
Grupo Casino	14,3	28,7	2,1	3,2	16,4	14,4
Abílio dos Santos Diniz	1,4	2,8	13,8	21,7	15,2	13,4
Outros	1,4	2,9	47,8	75,1	49,2	43,4
Total	49,8	100,0	63,7	100,0	113,5	100,0



## 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas, principalmente para refletir a consolidação do Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“PAFIDC”) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

Em 2005 foi emitida a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.5 – Depreciação, Amortização e Exaustão aprovada pela Resolução 1.027/05 do Conselho Federal de Contabilidade modificando, entre outros, o critério de amortização de benfeitorias em imóveis de terceiros. A vigência desta norma tem início em 2006, porém dada a recomendação de sua aplicação em 2005, a Companhia antecipou o reconhecimento de seus efeitos já neste exercício. Até o ano de 2004, as benfeitorias em imóveis de terceiros eram amortizadas pela vida útil estimada do ativo ou pelo prazo de duração do contrato, o que tivesse menor período, levando em consideração a renovação de tal contrato e a expectativa da Companhia quanto à renovação desses contratos. A partir de 2005, em atendimento à recomendação da NBC T 19.5 a Companhia passou a registrar a amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com os limites contratuais de expiração dos respectivos arrendamentos.

Caso a Companhia não tivesse modificado o critério de amortização de benfeitorias em imóveis de terceiros, adotado em anos anteriores, a despesa de depreciação e amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 seria menor, o lucro operacional, maior no montante de R\$ 52.716 na controladora e R\$ 86.548 no consolidado, e o lucro líquido, maior no montante de R\$ 57.150 líquido do efeito do imposto de renda, conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Total de depreciação adicional	52.716	86.548
Equivalência patrimonial	17.613	-
Imposto de renda	(13.179)	(24.682)
Participação minoritária	-	(4.716)
Efeito líquido no resultado do exercício	57.150	57.150
Depreciação e amortização	403.470	538.733
Lucro operacional	361.100	314.670
Lucro líquido do exercício	314.140	314.140

As demonstrações financeiras incluem as seguintes informações suplementares que a Administração considera relevantes para o mercado (vide Nota 21):

Anexo I – Demonstração do fluxo de caixa – elaborada pelo método indireto, a partir dos registros contábeis, com base nas diretrizes do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Anexo II – Demonstração do valor adicionado – elaborada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, complementadas pelas orientações e recomendações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As principais práticas contábeis e os critérios de consolidação adotados pela Companhia estão descritos a seguir:

### a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação de provisões para créditos de liquidação duvidosa, depreciação e amortização, perdas no valor de ativos, realização dos impostos diferidos, contingências e outras provisões. Por serem estimativas, é natural que os resultados reais possam apresentar variações.

### b) Receitas e despesas

As receitas de vendas são reconhecidas quando o consumidor recebe as mercadorias. As receitas financeiras decorrentes de vendas a crédito são reconhecidas durante o prazo de crédito. As despesas e os custos são reconhecidos pelo regime de competência. Bonificações e descontos de fornecedores na forma de produto são reconhecidos como adições aos estoques a custo zero, e o benefício é reconhecido quando o produto é vendido. Os custos das vendas incluem custos de estocagem e manuseio.

### c) Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas a valores estimados de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

Os financiamentos a clientes são geralmente pactuados por um período de até 24 meses. Os juros são registrados e apropriados como receita financeira durante o período do financiamento.

A Companhia securitiza seu contas a receber em uma sociedade de propósito específico de sua propriedade parcial, o PAFIDC.

#### **d) Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou valor de mercado, dos dois o menor. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelas lojas é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos centros de distribuição é demonstrado ao custo médio, incluindo os custos de armazenagem e manuseio.

#### **e) Demais ativos circulantes e a longo prazo**

Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário.

#### **f) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido constituída provisão para passivo a descoberto, quando aplicável. Outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

#### **g) Imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens ou o prazo do arrendamento, dos dois o de menor duração.

Os juros e encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros diretamente ou indiretamente atribuíveis ao processo de aquisição, construção e expansão operacional, em conformidade com a Deliberação CVM Nº 193, estão sendo capitalizados, durante o processo de construção ou reforma das lojas da Companhia. A alocação dos juros e encargos financeiros ao resultado é feita em consonância com os prazos de depreciação dos correspondentes ativos.

Os gastos com manutenção e reparos que não aumentam significativamente a vida útil dos bens são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado.

#### **h) Diferido**

O ativo diferido inclui principalmente ágios pagos na aquisição de investimentos incorporados e gastos pré-operacionais. Os ágios estão fundamentados em laudos emitidos por peritos independentes sustentados na expectativa de rentabilidade futura e são amortizados de acordo com a rentabilidade projetada das lojas adquiridas, no prazo máximo de dez anos.

Os gastos pré-operacionais são amortizados de acordo com os prazos descritos na Nota 11 (b).

#### **i) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

#### **j) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos de mercado, resultantes de flutuações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio da moeda estrangeira. No caso de instrumentos ativos, esses são contabilizados pelo valor de custo ou de mercado, dos dois o menor.

#### **k) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social (controladas) diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais da base negativa de contribuição social e das adições temporárias ao lucro tributável. A Administração estima que os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos se realizem nos próximos dez anos.

#### **l) Provisão para contingências**

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

De acordo com a Deliberação CVM 489/05, a Companhia adotou os conceitos estabelecidos na NPC Nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Ativas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências.

#### m) Lucro por ação

O cálculo foi efetuado utilizando a quantidade de ações em circulação no final do exercício e como se o lucro líquido do exercício fosse distribuído integralmente. Os lucros podem ser distribuídos ou utilizados para aumentar o capital; conseqüentemente, não existe garantia de que esses lucros serão distribuídos como dividendos.

#### n) Destinação do lucro

As demonstrações financeiras refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

#### o) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação societária brasileira e Instrução CVM Nº 247, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e as de suas subsidiárias Novasoc, Sé, CIPAL, Sendas Distribuidora, PAFIDC e Versalhes Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. ("Versalhes").

Apesar da participação da Companhia na Novasoc representar 10% das quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia tem controle efetivo de 99,98% do seu capital. Os outros quotistas não têm direito a veto ou outros direitos de participação ou proteção. De acordo com o contrato social da Novasoc, a apropriação do lucro líquido não precisa ser proporcional à participação em quotas na empresa. Na Reunião de Acionistas, realizada em 29 de dezembro de 2000, foi acordado que a Companhia participaria com 99,98% dos resultados da Novasoc.

A controlada Sendas Distribuidora foi consolidada integralmente, considerando o acordo de acionistas que determina que a gestão operacional e administrativa e a preponderância na decisão de eleger ou destituir diretores cabem à CBD. A equivalência patrimonial considera, em 31 de dezembro de 2005, a participação societária de 42,57% do capital total.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora no resultado da investida, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

### 3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, são remuneradas substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Conforme Instrumento Particular de Distrato da conta garantia, assinado entre CBD e Itaú ("FIC") em 22 de dezembro de 2005, a parcela de longo prazo das aplicações financeiras anteriormente vinculada às metas de performance foi liberada em favor da Companhia, deixando de estar, portanto, como garantia do cumprimento das metas.

### 4. Contas a Receber

#### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Proveniente de vendas com:				
Administradoras de cartões de crédito	213.333	190.199	283.800	287.151
Financiamento a clientes	5.455	98.176	6.044	104.617
Tiquetes de vendas e outros	38.513	71.441	51.288	87.032
Vendas a crédito com cheques pré-datados	43.061	17.090	59.996	28.572
Contas a receber – controladas	139.817	127.505	-	-
Provisão para créditos de liquidação				
Duvidosa	(3.785)	(8.876)	(4.736)	(9.738)
	436.394	495.535	396.392	497.634
Contas a receber – PAFIDC	-	-	758.070	715.801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.292)	(13.971)
	-	-	756.778	701.830
	436.394	495.535	1.153.170	1.199.464
Longo prazo				
Financiamento a clientes	30.941	18.788	30.941	19.540
Contas a receber – Paes Mendonça	-	-	293.529	294.092
	30.941	18.788	324.470	313.632

Os financiamentos a clientes são pactuados com encargos financeiros prefixados de 2,99% a 4,99% (de até 7,6% em 2004), com prazos de pagamento de até 24 meses. As vendas com cartão de crédito relacionam-se àquelas pagas pelos clientes com cartões de crédito de terceiros, normalmente recebíveis das administradoras de cartão de crédito na mesma quantidade de parcelas que o cliente paga à administradora, em até 12 meses. As vendas feitas com cheques pré-datados sofrem juros de até 6,5% ao mês (6,9% em 2004) para liquidação em até 90 dias. Vendas a crédito são contabilizadas líquidas de receita de juros a apropriar.

Desde 2004 a Companhia vem securitizando direitos creditórios representados por financiamento de crédito a clientes, vendas a crédito com cheques pré-datados e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com o PAFIDC. Esses créditos totalizaram R\$ 6.750.149 em 2005 e R\$ 4.990.331 em 2004, respectivamente, no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos na securitização desses títulos foram de R\$ 99.364 e R\$ 61.827, reconhecidos como despesas financeiras nos resultados dos exercícios de 2005 e 2004, respectivamente. A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a assistência pelo departamento de cobrança da Companhia ao administrador do fundo em relação à cobrança dos créditos em atraso.

O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2005 e 2004 era de R\$ 758.070 e R\$ 701.830, respectivamente, líquido de provisão.

A partir do terceiro trimestre de 2005 a FIC passou a assumir efetivamente as operações de financiamento a clientes da Companhia e suas subsidiárias.

As contas a receber de controladas (Novasoc, Sé, CIPAL, Sendas Distribuidora e Versalhes) referem-se às vendas de mercadorias, efetuadas pela Companhia, para abastecimento de lojas das controladas. As vendas de mercadorias efetuadas pelo centro de distribuição da Companhia às controladas foram efetuadas substancialmente a preço de custo.

#### b) Contas a receber – Paes Mendonça

Em maio de 1999, a Companhia arrendou 25 lojas da cadeia de varejo Paes Mendonça S.A. (“Paes Mendonça”) por meio de sua controlada, Novasoc. O prazo de arrendamento inicial das lojas é de um período de cinco anos, renovável à opção da Companhia por dois períodos adicionais de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2005, 17 lojas estavam arrendadas de acordo com esse contrato e alterações contratuais subsequentes. Os pagamentos de aluguéis anuais pelo arrendamento operacional somam a R\$ 8.707 em 2005 (2004 – R\$ 8.242), incluindo um aluguel contingente adicional baseado em 0,5% a 2,5% das receitas das lojas.

O contas a receber – Paes Mendonça é composto de créditos decorrentes do pagamento de obrigações assumidas pela controlada Novasoc. Conforme disposições contratuais, os créditos são atualizados monetariamente e garantidos por fundos de comércio de algumas lojas já operadas atualmente pela CBD. O vencimento das contas a receber está relacionado com os contratos de arrendamento conforme Nota 9 (b) (i).

#### c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando a média de perdas efetivas em períodos anteriores, complementada pela análise da Administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Provenientes de vendas com:				
Financiamento a clientes	(1.967)	(3.291)	(2.110)	(3.712)
Vendas a crédito com cheques pré-datados	(253)	(5.585)	(481)	(6.026)
Outras contas a receber	(1.565)	-	(2.145)	-
	<b>(3.785)</b>	<b>(8.876)</b>	<b>(4.736)</b>	<b>(9.738)</b>
Contas a receber – PAFIDC	-	-	(1.292)	(13.971)
	<b>(3.785)</b>	<b>(8.876)</b>	<b>(6.028)</b>	<b>(23.709)</b>

As diretrizes básicas para constituição da provisão são:

- Financiamento a clientes – com base na média histórica de perdas, apurada nos últimos 12 meses; os créditos vencidos há mais de 180 dias são incluídos na provisão.
- Vendas a crédito com cheques pré-datados – com base na média histórica de devolução e recuperação desses cheques, apurada nos últimos 12 meses; os cheques sem suficiência de fundos incluídos na provisão depois de esgotados todos os procedimentos legais de cobrança.
- Cartões de crédito e *tickets* de vendas – não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos de cartões de crédito e *tickets*, pois os riscos de crédito são substancialmente assumidos por terceiros.

## 5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Nas lojas	520.586	522.617	741.255	752.643
Nos centros de distribuição	315.335	287.627	374.031	337.005
	<b>835.921</b>	<b>810.244</b>	<b>1.115.286</b>	<b>1.089.648</b>

## 6. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2005 e 2004 referem-se basicamente a créditos de IRRF, PIS, COFINS e ICMS a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de renda e impostos sobre vendas	352.781	397.502	462.968	509.010
Outros	13.268	12.068	13.268	12.068
	<b>366.049</b>	<b>409.570</b>	<b>476.236</b>	<b>521.078</b>

## 7. Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – PAFIDC

A Companhia subscreveu R\$ 100.000, em outubro de 2003, e R\$ 29.960 em julho de 2004, em quotas subordinadas do PAFIDC, uma entidade com propósitos específicos, um fundo de securitização de recebíveis.

O PAFIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído de acordo com as Instruções Nº 356 e Nº 393 da CVM, com a finalidade de adquirir as contas a receber da Companhia e de suas controladas resultantes da venda de produtos e serviços a seus clientes por meio de cartões de crédito, cheques pré-datados, *tickets* de vendas e carnês de pagamento a prazo.

O PAFIDC possui uma duração predeterminada de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período, com início em outubro de 2003. A estrutura de capital do fundo é composta de 80,6% de quotas seniores possuídas por terceiros e 19,4% de quotas subordinadas possuídas pela Companhia.

Os ativos líquidos do PAFIDC em 31 de dezembro de 2005 e 2004 estão sumarizados a seguir:

Ativo	2005	2004
Disponível	168.107	70.463
Contas a receber	758.070	701.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.292)	-
Outros	-	3.488
Total do Ativo	<b>924.885</b>	<b>775.781</b>
<b>Passivo</b>		
Contas a pagar	222	213
Patrimônio líquido (*)	924.663	775.568
Total do Passivo	<b>924.885</b>	<b>775.781</b>

(\*) Inclui quotas resgatáveis (obrigatórias) de R\$ 738.612 em 31 de dezembro de 2005 (2004 – R\$ 617.126).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia e estão registradas no realizável a longo prazo como Participação no fundo de securitização, cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 era de R\$ 186.051 (2004 – R\$ 158.442). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As quotas seniores série A atingiram a rentabilidade de referência (*benchmark*) de 103,0% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, taxa interbancária de juros variáveis, desde a primeira subscrição das quotas até 20 de fevereiro de 2004, e 105,0% do CDI após tal data; as quotas seniores da série B foram remuneradas a 101,0% do CDI. O saldo remanescente dos resultados será atribuído às quotas subordinadas. Os quotistas das quotas seniores série B resgatarão em 23 de junho de 2006 e 23 de junho de 2007 o montante principal de R\$ 71.700, em cada resgate, atualizado pela remuneração de referência, e resgatarão o saldo remanescente no encerramento do prazo do fundo. Os quotistas da série A resgatarão suas quotas somente no encerramento do prazo do fundo.

As quotas subordinadas têm uma série única e são nominativas e intransferíveis. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das

quotas seniores ou no encerramento do fundo. Após a remuneração das quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do ativo líquido do fundo após a absorção de qualquer perda na transferência de recebíveis para o fundo e qualquer perda atribuída ao fundo. O seu resgate está sujeito aos riscos de crédito, pré-pagamento e taxa de juros na transferência dos ativos financeiros.

Os detentores das quotas seniores não têm direito aos outros ativos da Companhia em caso de inadimplência dos créditos transferidos. Conforme definido pelo contrato de cessão de recebíveis entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos direitos creditórios é irrevogável, não-retroativa, e a transferência é definitiva e não pode ser forçada contra a Companhia.

Os cedentes poderão ceder e transferir os recebíveis ao PAFIDC durante o período de cinco anos, renovável por igual período.

As demonstrações financeiras do PAFIDC do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e 2004 foram auditadas por outros auditores independentes e estão consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o total dos ativos e resultado líquido, dessa investida, representam 8,5% e 10,7%, respectivamente, em relação às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (7,0% e 6,5% do total dos ativos e resultado líquido, respectivamente, em relação às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2004).

## 8. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresa	Saldos			Transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2005				
	Contas a receber (a pagar)	Comissão mercantil a receber (a pagar)	Dividendos propostos	Serviços prestados e aluguéis	Vendas (compras) líquidas	Juros de debêntures 4ª. emissão	Receita financeira líquida	Dividendos pagos
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio	78	-	-	-	-	-	-	(34.997)
Casino Guichard Perrachon ("Casino")	-	-	(8.572)	(2.003)	-	(19.767)	-	(22.694)
Península Participações Ltda.	-	-	(1.458)	-	-	-	-	(4.859)
Vieri Participações S/A ("Vieri")	-	-	(16.902)	-	-	-	-	-
Fundo de Invest. Imob. Península	-	-	-	(28.395)	-	-	-	-
Onix 2006 Participações Ltda.	-	-	(3.561)	-	-	-	-	-
Rio Plate Empreend. e Participações Ltda.	-	-	(1.272)	-	-	-	-	-
PPD Promoções e Propaganda Ltda.	-	-	-	(2.000)	-	-	-	-
Novasoc	26.690	(35.763)	-	7.668	194.704	-	-	-
Sé	49.303	586.957	-	16.857	450.055	-	-	-
CIPAL	6.360	(4.892)	-	1.943	262.343	-	-	-
Sendas Distribuidora	51.056	175.166	-	106.723	44.875	-	41.727	-
Versalhes	(106.744)	11.916	-	-	(217.421)	-	-	-
FIC	(3.082)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	4.242	(850)	(14.695)	-	-	-	(2.755)
<b>Saldos em 31/12/2005</b>	<b>23.661</b>	<b>737.626</b>	<b>(32.615)</b>	<b>86.098</b>	<b>734.556</b>	<b>(19.767)</b>	<b>41.727</b>	<b>(65.305)</b>
<b>Saldos em 31/12/2004</b>	<b>127.659</b>	<b>595.933</b>	<b>(65.305)</b>	<b>136.798</b>	<b>919.256</b>	<b>3.896</b>	<b>650</b>	<b>(69.542)</b>

As contas a receber e vendas de mercadorias referem-se ao abastecimento das lojas, principalmente da Novasoc, Sé, CIPAL, Sendas Distribuidora e Versalhes, pelo centro de distribuição da Companhia e foram efetuadas substancialmente a preço de custo; as demais operações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os contratos de comissão mercantil com partes relacionadas estão sujeitos a uma taxa de administração.

### (i) Financiamento de partes relacionadas

Em novembro de 2000, o Grupo Casino subscreveu 41.962 debêntures conversíveis da quarta emissão da Companhia, de um total de cem mil debêntures conversíveis, liquidadas no terceiro trimestre de 2005 com pagamentos do principal de R\$ 18.256 e juros de R\$ 1.511 (vide Nota 12). A despesa com juros provisionados, relativos a essas debêntures, foi de R\$ 1.629 em 2005 (R\$ 3.896 em 2004). A referida transação foi efetuada em condições normais de mercado. Adicionalmente às transações demonstradas no quadro acima, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, foram realizadas as seguintes operações com partes relacionadas:

### (ii) Arrendamentos

A Companhia arrenda 21 imóveis da família Diniz. O valor total dos pagamentos desses arrendamentos em 2005 foi de R\$ 14.695 (R\$ 14.656 em 2004).

A Sendas Distribuidora arrenda 57 imóveis pertencentes à família Sendas e sete imóveis pertencentes à Companhia. Os valores de arrendamentos pagos em

2005 foram de R\$ 34.678 e R\$ 4.871, respectivamente (R\$ 27.046 e R\$ 3.798 em 2004, respectivamente). Em setembro de 2005 foi adiantada à Sendas S/A a quantia de R\$ 10.509 referente aos aluguéis de sete lojas que serão amortizados em 37 parcelas.

Tais arrendamentos foram efetuados em termos tão equivalentes aos que teriam sido contratados com terceiros não-relacionados.

(iii) Arrendamentos Fundo de Investimento Imobiliário Península

Em 3 de outubro de 2005 foram assinados os contratos definitivos de venda de 60 imóveis próprios da Companhia e suas controladas para um fundo imobiliário denominado Fundo de Investimento Imobiliário Península (Nota 9). Os imóveis vendidos foram alugados à Companhia pelo prazo de 20 anos podendo ser renovados por mais dois períodos consecutivos de dez anos cada. Ficou garantida à CBD a adesão a um contrato de locação de longo prazo de todos os imóveis que fizeram parte desta operação, bem como revisão periódica dos valores mínimos de locação e possibilidade de deixar de locar individualmente quaisquer destes imóveis, caso não seja mais de seu interesse continuar a exploração nestes locais.

O valor total dos pagamentos desses arrendamentos em 2005 foi de R\$ 29.006, sendo R\$ 28.395 pagos pela CBD, R\$ 535 pagos pela Novasoc e R\$ 76 pagos pela Sé (vide Nota 10).

(iv) Direitos de uso da marca Goodlight

A Companhia pagou R\$ 228 em 2005 (R\$ 228 em 2004) pelos direitos de uso da marca Goodlight de propriedade da sra. Lucília dos Santos Diniz, membro da família Diniz e acionista da Companhia.

(v) Rateio de custos corporativos

Os serviços corporativos prestados às empresas controladas e coligadas são repassados pelo valor de custo efetivamente incorrido.

(vi) Serviços de Assistência Técnica Casino

Em reunião do Conselho de Administração da CBD, realizada em 21 de julho de 2005, foi aprovada a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica (denominado *Technical Assistance Agreement*), firmado entre a CBD e o Casino. O contrato, no valor anual correspondente a US\$ 2.727, prevê a prestação de serviços pelo Casino à CBD, de assistência técnica nas áreas, entre outras, de recursos humanos, marcas próprias, marketing e comunicação, campanhas globais e assistência administrativa. O contrato tem prazo de vigência de sete anos, sendo renovado automaticamente por prazo indeterminado. Este contrato foi ratificado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2005. Em 2005 a CBD pagou R\$ 2.003, em relação aos serviços previstos neste contrato.

## 9. Investimentos

### a) Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

	2005				
	Ações/quotas possuídas	Participação (direta ou indireta) no capital social – %	Capital social realizado	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do período
Novasoc	1.000	10,00	10	(54.592)	(2.365)
Sé	1.133.990.699	91,92	1.233.671	1.195.455	58.902
Sendas Distribuidora	450.001.000	42,57	835.677	648.663	(111.759)
Nova Saper	36.362	99,99	0,4	100	-
Versalhes	10.000	90,00	10	(471)	(481)
Auto Posto MFP	14.999	99,99	15	15	-
Auto Posto Sigua	29.999	99,99	30	30	-

  

	2004				
	Ações/quotas possuídas	Participação (direta ou indireta) no capital social – %	Capital social realizado	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do período
Novasoc	1.000	10,00	10	(52.227)	49.611
Sé	996.806.689	89,99	996.826	899.708	409.690
Sendas Distribuidora	450.001.000	42,57	835.677	760.422	(75.255)
Nova Saper	36.362	99,99	0,4	100	-

(iii) Arrendamentos Fundo de Investimento Imobiliário Península

## b) Movimentação de investimentos

	Controladora						Consolidado	
	Novasoc	Sé	CBD Tech	Sendas	Nova Saper	Outros	Total	Total
	<b>Distribuidora</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2003	-	718.888	10.172	-	-	1.228	730.288	241.068
Adições								
Custo	-	20	-	27.022	100	10	27.152	30
Ágio	-	-	-	-	2.198	-	2.198	577.522
Baixas	-	(72.908)	(8.039)	-	-	(762)	(81.709)	(32.556)
Equivalência patrimonial	14.940	33.696	(2.133)	(2.435)	-	428	44.496	5.307
Ganhos por diluição de participação acionária	34.671	335.167	-	-	-	-	369.838	380.444
Amortização de ágio	-	(23.526)	-	-	(149)	-	(23.675)	(26.604)
Incorporação	-	-	-	-	-	(845)	(845)	-
Realização de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	(309.007)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(92)
Transferência para o diferido	-	-	-	-	-	-	-	(572.491)
Transferência para provisão para passivo a descoberto	(49.611)	-	-	-	-	-	(49.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004	-	991.337	-	24.587	2.149	59	1.018.132	263.621
Adições	-	236.845	-	-	-	2.510	239.355	21.547
Baixas	-	-	-	(22.633)	-	-	(22.633)	-
Equivalência patrimonial	(2.365)	52.281	-	(1.954)	-	(386)	47.576	(16.190)
Amortização de ágio	-	(21.999)	-	-	(105)	-	(22.104)	(22.299)
Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	(8.534)
Transferência para o diferido	-	-	-	-	-	-	-	(10.513)
Transferência para provisão para passivo a descoberto	2.365	-	-	-	-	422	2.787	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	-	1.258.464	-	-	2.044	2.605	1.263.113	227.632

### (i) Novasoc

A Novasoc tem, atualmente, contratos de arrendamento de 17 lojas com Paes Mendonça, cuja vigência é de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período duas vezes consecutivas mediante a notificação ao arrendatário, tendo seu vencimento final em 2014. Durante a vigência do referido contrato os acionistas da Paes Mendonça não poderão alienar suas ações sem a prévia e expressa concordância da Novasoc. A sociedade Paes Mendonça é a responsável única e integral por todas e quaisquer obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza.

Conforme previsto no contrato social, a distribuição dos resultados da Novasoc pode ser feita de forma desproporcional à participação no capital social da empresa. Por decisão dos quotistas, a Companhia participa em 99,98% dos resultados desde o exercício de 2000.

Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Novasoc apresentava passivo a descoberto. Tendo em vista a continuidade operacional e viabilidade econômica futura dessa controlada, garantida pela controladora, a Companhia registrou o montante de R\$ 54.592 (R\$ 52.227 em 2004), na rubrica "Provisão para passivo a descoberto", em reconhecimento de sua obrigação perante os credores.

### (ii) Sé Supermercados

A Sé possui uma participação direta na Miravalles correspondente a 50% do capital total. O investimento na Miravalles representa indiretamente o investimento na FIC (Nota 9 (d)). O investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

### (iii) Aquisições e incorporações

Em 26 de julho de 2005, a Sé, controlada da Companhia, adquiriu, através da sua controlada Antuérpia Empreendimentos e Participações Ltda. ("Antuérpia"), os ativos operacionais de seis lojas e três postos de combustíveis da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo ("COOPERTRUS"), localizados no interior centro-oeste do Estado de São Paulo pelo montante de R\$ 19.037.



Em 30 de setembro de 2005, a controlada Sé realizou os seguintes eventos:

- Incorporações das subsidiárias Otimix Empreendimentos e Participações Ltda. (“Otimix”) e Antuérpia, cujos acervos patrimoniais líquidos, apresentados nos laudos de avaliação, efetuados por peritos independentes, na data das incorporações, estavam representados por ativo imobilizado e aplicações financeiras, respectivamente.
- Aumento de capital efetuado pela sua controladora CBD, no montante de R\$ 236.845, através de conversão de dívidas.

Os ágios apurados nas aquisições dos investimentos estão fundamentados em laudos emitidos por peritos independentes com sustentação, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura e na mais-valia dos ativos imobilizados, e são amortizados de acordo com a rentabilidade projetada das lojas adquiridas no prazo máximo de dez anos. Nas incorporações, as parcelas relativas à expectativa de rentabilidade futura foram transferidas para o ativo diferido (Nota 11).

### c) Acordo de investimento – CBD e Sendas

Em fevereiro de 2004, baseado no Acordo de Investimento e de Associação, as Companhias CBD e Sendas S.A. constituíram, mediante o aporte de bens, direitos e obrigações, uma nova sociedade denominada Sendas Distribuidora S.A., com o objetivo de atuar no ramo de comércio varejista em geral, através da união das atividades operacionais das duas redes no Estado do Rio de Janeiro. A participação societária indireta da CBD na Sendas Distribuidora em 31 de dezembro de 2005 corresponde a 42,57% do capital total. Cabe à Diretoria Executiva da CBD a gestão operacional e administrativa da Sendas Distribuidora, bem como a preponderância na decisão de eleger ou destituir diretores.

Conforme previsto no Acordo de Acionistas, a partir de 1º de fevereiro de 2007, a Sendas S.A. pode exercer o direito de permutar a totalidade ou parte das ações integralizadas de sua propriedade por ações preferenciais do capital social da CBD. Em 31 de dezembro de 2005 a Sendas S.A. detinha 42,57% de participação no capital total da Sendas Distribuidora, sendo 23,65% já integralizada e 18,92% ainda não integralizada.

No caso de a Sendas S.A. exercer o direito de permuta, a CBD dará cumprimento à obrigação, através de uma das seguintes formas:

- (i) Efetivar a permuta pelo Valor de Transferência <sup>(\*)</sup>;
- (ii) Comprar em dinheiro as ações sobre as quais o direito de permuta tenha sido exercido, pelo Valor de Transferência <sup>(\*)</sup>;
- (iii) Adotar qualquer procedimento societário (aumento do capital de CBD, incorporação de ações nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outro).

<sup>(\*)</sup> O Valor de Transferência será o valor das ações integralizadas (23,65% em 31 de dezembro de 2005), o qual deverá ser o maior entre as opções abaixo, limitado ao valor de mercado da CBD:

- Preço das ações calculado com base no valor de mercado da empresa (*valuation*) a ser atribuído por um banco de investimento de primeira linha;
- Preço das ações calculado com base em valor da empresa (*valuation*) equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre vendas brutas da Sendas Distribuidora nos 12 (doze) meses anteriores à data da compra.

As Ações Preferenciais da CBD de propriedade da Sendas S.A., após a permuta, somente poderão ser vendidas de acordo com o seguinte escalonamento:

- Entre 1º de fevereiro de 2007 e 31 de janeiro de 2010: 1/3 (um terço) das Ações Preferenciais CBD;
- Entre 1º de fevereiro de 2010 e 31 de janeiro de 2013: 1/3 (um terço) das Ações Preferenciais CBD;
- A partir de 1º de fevereiro de 2013: o saldo das Ações Preferenciais CBD ainda detido por Sendas S.A.

Em 16 de setembro de 2005 foi assinado o 2º Aditivo e Consolidação ao Acordo de Acionistas da Sendas Distribuidora, firmado entre Sendas S.A. e CBD e suas controladas, que resolveram:

- Adotar nova proporcionalidade na indicação dos membros do Conselho de Administração, sendo que dos 13 membros a serem eleitos, a CBD passou a ter o direito de eleger 7 membros;
- Restringir o direito de veto da Sendas S.A. somente quanto à alteração do objeto social da Companhia;
- Prorrogar o Prazo Adicional (“Segundo prazo”) de Integralização das Ações Preferenciais Classe A não integralizadas pela Sendas S.A., para um período que terminará em 28 de fevereiro de 2014. No Segundo prazo a integralização somente poderá ser efetuada em dinheiro, especialmente por meio do aproveitamento de dividendos pagos pela Companhia para a Sendas S.A.; caso não haja a integralização no período, as ações serão canceladas.

#### (i) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Em 5 de março de 2004, os acionistas da Sendas Distribuidora celebraram Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação relativo à associação entre CBD e Sendas S.A. no Estado do Rio de Janeiro, do qual constam condições a serem observadas até o julgamento final do ato de concentração: não desativar, total ou parcialmente, lojas aportadas à Sendas Distribuidora, manter os seus postos de trabalho conforme média do faturamento bruto por funcionário das cinco maiores redes de supermercados, não reduzir os prazos de duração dos atuais contratos de locação, entre outras condições.

Os acionistas aguardam a conclusão do processo, porém consubstanciados na opinião de seus assessores legais, e na condição regular do processo, acreditam que a associação deverá ser aprovada pelo CADE.

## (ii) Subscrição de capital efetuado pelo grupo AIG

Visando reduzir o endividamento líquido e reforçar a estrutura de capital, os acionistas da Sendas Distribuidora e fundos de investimento do grupo AIG ("AIG") celebraram em 30 de novembro de 2004 contrato por meio do qual AIG investiu na Sendas Distribuidora o montante de R\$ 135.675 (equivalente a US\$ 50 milhões), mediante subscrição e integralização de 157.082.802 Ações Preferenciais Classe B, de emissão da Sendas Distribuidora, representativas de 14,86% do seu capital. O AIG renunciou a quaisquer direitos relativos ao recebimento de dividendos, até 30 de novembro de 2008.

A Companhia, por intermédio da sua controlada Sé passou a deter, após esta operação, 42,57% do capital total da Sendas Distribuidora.

De acordo com o contrato, CBD e AIG outorgaram-se, mutuamente, opções recíprocas de compra e venda das ações adquiridas por AIG na Sendas Distribuidora, que poderão ser exercidas em aproximadamente quatro anos.

Por ocasião do exercício das opções acima referidas, as ações de emissão da Sendas Distribuidora passarão a representar um crédito do AIG contra a CBD, o qual poderá ser utilizado para subscrever até três bilhões de ações preferenciais de emissão de CBD, que serão criadas em futuro aumento de capital.

O preço da futura emissão das ações preferenciais da CBD será fixado com base em valor de mercado à época da emissão, sendo que a quantidade de ações emitidas possibilitará a subscrição por AIG na quantidade máxima acima referida. Se o valor das ações do AIG na Sendas Distribuidora for superior ao equivalente a três bilhões de ações da CBD, a CBD pagará a diferença em dinheiro.

A saída do AIG da Sendas Distribuidora está definida com base no "Preço de Saída", o qual tem por base de cálculo o EBITDA, o múltiplo do EBITDA e o Endividamento Financeiro Líquido da Sendas Distribuidora. Este "Preço de Saída" dará direito ao AIG de adquirir ações preferenciais da CBD segundo os seguintes critérios:

- Caso o "Preço de Saída" seja inferior ao equivalente a dois bilhões de ações preferenciais da CBD (a valor de mercado à época), o número de ações a ser emitido será definido pelo "Preço de Saída" dividido pelo valor de mercado das ações preferenciais da CBD;
- Caso o "Preço de Saída" seja superior ao equivalente a dois bilhões de ações preferenciais da CBD (a valor de mercado à época), o número de ações a ser emitido será, a critério da CBD, de no mínimo dois bilhões de ações e de no máximo três bilhões de ações, sendo a diferença entre o "Preço de Saída" e o valor equivalente do número de ações preferenciais da CBD emitido (definido pela CBD) paga em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2005 o valor total da participação do AIG representava um crédito de R\$ 97.212 (R\$ 133.959 em 31 de dezembro de 2004), que, convertido à cotação média da última semana do mês de dezembro de 2005 das ações da CBD, na Bovespa, equivaleria a um total de 1.328.390.000 ações (2.044.227.000 ações em 31 de dezembro de 2004) da Companhia (1% do seu capital).

## d) Acordo de investimento – CBD e Itaú

A Miravalles Empreendimentos e Participações S.A. ("Miravalles"), empresa constituída em julho de 2004 e detentora dos direitos de exploração de atividades financeiras da Companhia, recebeu recursos financeiros do Itaú em subscrição de aumento de capital, passando a deter o equivalente a 50% de participação nessa sociedade. Posteriormente, ainda em 2004, a Miravalles constituiu a Financeira Itaú CBD S.A. – FIC, empresa que atua na estruturação e comercialização de produtos e serviços financeiros exclusivamente para os clientes da CBD, com um capital social de R\$ 150.000.

A subscrição feita pelo Itaú na Miravalles gerou em 2004 um ganho por diluição de participação societária de R\$ 380.444. Esse ganho foi deduzido pela baixa de certos ativos relativos à operação, de provisões dos custos de implementação para início de operações e principalmente da parcela sujeita ao cumprimento de metas de performance num prazo máximo de cinco anos a partir do início das operações da FIC que ocorreu no primeiro trimestre de 2005, sendo o valor líquido do ganho (após as deduções mencionadas) registrado na rubrica de resultado não-operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

Em 22 de dezembro de 2005, foi assinado um aditivo ao acordo de associação entre a CBD, Itaú e FIC, tendo sido modificados os termos relacionados ao cumprimento das metas de performance, estabelecidos inicialmente. Mediante o termo aditivo, não há mais vinculação entre o cumprimento das metas e a conta garantia, tendo sido estabelecidas multas pelo não-cumprimento das metas estabelecidas. Em 2005 a Companhia reconheceu o montante líquido de R\$ 38.140 na rubrica de resultado não-operacional em decorrência do cumprimento de determinadas metas de performance durante o exercício, mantendo ainda uma provisão líquida no valor de R\$ 58.151 (R\$ 96.290 em 2004) para o pagamento de multas caso as metas remanescentes não sejam cumpridas.

A presente associação, que tem prazo de duração de 20 anos (podendo ser prorrogado), trouxe sinergias operacionais permitindo a ampliação e aprimoramento da atual oferta de serviços e produtos aos clientes da Companhia, incluindo, dentre outros, Cartões de Crédito Private Label (Próprios: uso restrito dentro das lojas da Companhia), cartões com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. A gestão operacional da FIC é de responsabilidade do Itaú.

As demonstrações financeiras da Miravalles do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e do período de 20 de julho a 31 de dezembro de 2004 foram auditadas por outros auditores independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o total dos ativos e resultado líquido dessa investida representam 0,6% e 6,3%, respectivamente, em relação às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (0,8% e 1,9% do total dos ativos e resultado líquido, respectivamente, em relação às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2004).

## 10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Controladora								Consolidado		
		2005				2004				2005		2004
		%	Depreciação		Líquido	Líquido	Depreciação		Líquido	Líquido		
	Custo	acumulada			Custo	acumulada						
Terrenos		402.289	-	402.289	808.832	440.850	-	440.850	857.248			
Edifícios	3,33	1.776.471	(293.874)	1.482.597	1.831.413	1.858.364	(304.963)	1.553.401	1.899.315			
Benfeitorias e melhoramentos	*	1.031.304	(420.206)	611.098	589.364	1.566.322	(576.950)	989.372	977.494			
Equipamentos	10 a 33	1.019.303	(680.863)	338.440	304.731	1.221.856	(759.192)	462.664	397.561			
Instalações	20 a 25	364.680	(283.579)	81.101	78.316	481.081	(341.772)	139.309	130.884			
Móveis e utensílios	10	182.298	(81.685)	100.613	74.888	266.575	(101.288)	165.287	127.655			
Veículos	20	17.755	(16.490)	1.265	1.326	20.819	(19.411)	1.408	1.639			
Imobilizado em andamento		99.240	-	99.240	31.470	106.170	-	106.170	33.361			
Outros		14.489	(11.236)	3.253	289	14.506	(11.253)	3.253	288			
		<b>4.907.829</b>	<b>(1.787.933)</b>	<b>3.119.896</b>	<b>3.720.629</b>	<b>5.976.543</b>	<b>(2.114.829)</b>	<b>3.861.714</b>	<b>4.425.445</b>			
Taxa média anual de depreciação – %				<b>6,60</b>	5,05			<b>7,32</b>	5,32			

\* As benfeitorias e melhoramentos são depreciados em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Em 3 de outubro de 2005, foi concluída a venda de 60 imóveis próprios da Companhia (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar), cujo valor residual contábil era de R\$ 1.000.834 (Companhia) e R\$ 1.017.575 (Consolidado), ao Fundo Península, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 1.029.000. O resultado de R\$ 11.425 com a venda de imóveis foi registrado como resultado não-operacional. Os imóveis vendidos foram alugados à Companhia pelo prazo de 20 anos podendo ser renovado por mais dois períodos consecutivos de dez anos cada (Nota 8). Por conta desta venda, a Companhia pagou, no momento da assinatura dos contratos de locação das lojas, o montante de R\$ 25.517 correspondente à taxa de adesão a contratos de longo prazo. A taxa de adesão foi registrada no ativo diferido e está sendo amortizada no prazo inicial de vigência dos contratos de locação das respectivas lojas.

### a) Adições no ativo imobilizado

	Controladora				Consolidado	
	2005		2004		Período findo em	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Adições	685.702	445.438	842.308	532.188		
Juros capitalizados	41.466	25.623	46.210	29.236		
	<b>727.168</b>	<b>471.061</b>	<b>888.518</b>	<b>561.424</b>		

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização dos centros de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

## 11. Diferido

	Controladora			Controladas			Consolidado
	Gastos pré-operacionais		Total	Gastos pré-operacionais		Total	Total
	Ágios	e outros		Ágios	e outros		
Saldos em 31 de dezembro de 2003	592.609	55.861	648.470	-	6.532	6.532	655.002
Adições	950	-	950	1.300	17.352	18.652	19.602
Transferência de investimentos	-	-	-	572.491	-	572.491	572.491
Amortização	(90.261)	(30.663)	(120.924)	(19.459)	(7.599)	(27.058)	(147.982)
Baixa	(29.939)	-	(29.939)	-	-	-	(29.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	473.359	25.198	498.557	554.332	16.285	570.617	1.069.174
Adições	8.710	64.190	72.900	1.551	105	1.656	74.556
Transferência de investimentos	-	-	-	29.152	-	29.152	29.152
Amortização	(93.728)	(28.189)	(121.917)	(41.284)	(15.898)	(57.182)	(179.099)
Baixa	(13.868)	-	(13.868)	-	-	-	(13.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	374.473	61.199	435.672	543.751	492	544.243	979.915

### a) Ágios

Nas incorporações de sociedades controladas, as parcelas originalmente registradas na rubrica de investimentos – como ágio fundamentado, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura – foram transferidas para o ativo diferido e continuarão a ser amortizadas nos prazos e extensões das projeções de rentabilidade que os determinaram, limitados a até dez anos.

### b) Gastos pré-operacionais e outros

Os gastos incorridos em 2005 referentes ao projeto de desmobilização, relacionados, principalmente, à taxa de adesão de contratos de longo prazo, serão amortizados de acordo com a sua vigência (vide Nota 10). O projeto incluiu ainda gastos relativos a honorários profissionais que serão amortizados em cinco anos.

Gastos relativos a honorários de consultorias especializadas, incorridos no desenvolvimento e na implementação de projetos estratégicos que se iniciaram a partir do quarto trimestre de 2005 e que têm por objetivo final a captura de ganhos de eficiência e produtividade, já a partir de 2006. Os principais projetos envolvem a estratégia comercial e novo processo de gestão de categoria incluindo a nacionalização de compras, gestão de preços (*pricing*) e revisão da linha de produtos. Cada projeto possuiu processo e custo definido com viabilidade técnica sustentada pelos benefícios futuros que serão proporcionados. Assim que os projetos estiverem concluídos, os gastos serão amortizados linearmente, em prazo proporcional ao benefício gerado, não superior a cinco anos.

## 12. Empréstimos e Financiamentos

	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2005	2004	2005	2004
<b>Curto prazo</b>					
Em moeda local					
BNDES (ii)	TJLP + 1% a 4,1%	128.693	139.849	128.693	139.849
Capital de giro (i)	TJLP + 3,5% a 7% do CDI	352	1.022	352	1.737
	Taxa média ponderada 104,0% do CDI em 31/12/2005	-	-	146	-
Em moeda estrangeira					
BNDES (ii)	Com swap para reais Variação cambial + 3,5% a 4,1%	21.051	24.498	21.051	24.498
Capital de giro (i)	Taxa média ponderada 103,3% do CDI (Taxa média ponderada 103,1% do CDI em 31/12/2004)	214.456	537.917	257.234	1.060.757
Importações	Variação cambial do dólar americano	11.314	5.260	15.138	8.057
		<b>375.866</b>	<b>708.546</b>	<b>422.614</b>	<b>1.234.898</b>
<b>Longo prazo</b>					
Em moeda local					
BNDES (ii)	TJLP + 1% a 4,1%	198.730	237.496	198.730	237.496
Capital de giro (i)	TJLP + 3,5% a 7%	62	377	62	877
Em moeda estrangeira					
BNDES (ii)	Com swap para reais Variação cambial + 3,5% a 4,1%	37.804	58.955	37.804	58.954
Capital de giro (i)	Taxa média ponderada 103,8% do CDI (Taxa média ponderada 103,7% do CDI em 31/12/2004)	313.465	545.374	977.242	578.584
		<b>550.061</b>	<b>842.202</b>	<b>1.213.838</b>	<b>875.911</b>

A Companhia utiliza operações de *swap* para converter as obrigações denominadas em dólares norte-americanos e juros prefixados para reais vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante). A Companhia entrou simultaneamente com a mesma contraparte em operações de *swap* de moeda e de taxa de juros e tem tratado esses instrumentos de forma combinada como se os financiamentos fossem originalmente denominados em reais e atrelados a uma taxa flutuante.

A taxa de referência anual de CDI em 31 de dezembro de 2005 era de 18,0% (2004 – 16,6%).

### (i) Financiamento de capital de giro

É obtido de bancos locais e utilizado principalmente para financiar o crédito a clientes. O financiamento do capital de giro é principalmente garantido por notas promissórias.

### (ii) Linha de crédito do BNDES

Os contratos de linha de crédito firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), denominados em reais, estão sujeitos à indexação com base na TJLP, mais juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras para refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais juros anuais. Os financiamentos serão pagos em prestações mensais após um período de carência.

A Companhia não pode oferecer quaisquer ativos como garantia em operações de empréstimo com outras partes sem a prévia autorização do BNDES e deve cumprir cláusulas restritivas (*debt covenants*) calculadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/total do ativo) igual ou maior que 0,40 e (ii) manter um índice de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) igual ou maior

que 1,05. A Administração mantém efetivo controle e acompanhamento das cláusulas restritivas não tendo ocorrido o descumprimento destas. A empresa controladora ofereceu fiança, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação dos contratos.

Em 11 de novembro de 2003, a Companhia obteve uma linha de crédito com o BNDES, de R\$ 325.420, tendo sido recebidos, até 31 de dezembro de 2005, recursos no montante de R\$ 322.178. Os juros incidentes sobre os recursos captados são de 4,1% ao ano acima da TJLP (80% da linha de crédito) ou acima da cesta de moedas estrangeiras do BNDES (16% da linha de crédito) e 1% ao ano acima da TJLP (4% da linha de crédito) e estão sendo apropriados mensalmente. Os pagamentos estão sendo efetuados em 60 parcelas mensais.

Data do contrato	Encargos financeiros anuais	Período de carência em meses	Número de prestações mensais	Vencimento	Em 31 de dezembro	
					2005	2004
16/novembro/1999	TJLP + 3,5%	12	60	dezembro/2005	-	32.157
13/janeiro/2000	TJLP + 3,5%	12	72	janeiro/2007	11.300	20.977
10/novembro/2000	TJLP + 1% a 3,5%	20	60	maio/2007	62.959	103.681
10/novembro/2000	Cesta de moedas + 3,5%	20	60	julho/2007	12.324	23.400
14/novembro/2000	TJLP + 2,0%	20	60	junho/2007	4.002	6.439
16/abril/2001	TJLP + 3,5%	-	60	abril/2006	1.870	7.219
16/abril/2001	Cesta de moedas + 3,5%	-	60	abril/2006	477	2.220
12/março/2002	Cesta de moedas + 3,5%	12	48	março/2007	883	1.849
25/abril/2002	TJLP + 3,5%	6	60	outubro/2007	18.425	27.489
25/abril/2002	Cesta de moedas + 3,5%	6	60	outubro/2007	2.832	5.092
11/novembro/2003	Cesta de moedas + 4,125%	14	60	janeiro/2010	42.339	50.891
11/novembro/2003	TJLP + 4,125%	12	60	novembro/2009	215.834	163.589
11/novembro/2003	TJLP + 1,0%	12	60	novembro/2009	13.033	15.794
					<b>386.278</b>	<b>460.797</b>

Se a TJLP exceder 6% ao ano, o excesso será adicionado ao principal. Em 2005 e 2004, R\$ 10.684 e R\$ 13.180, respectivamente, foram adicionados ao principal.

#### a) Vencimentos

	2005	
	Controladora	Consolidado
2007	417.034	576.947
2008	68.508	385.369
2009	63.659	63.815
2010	860	187.707
	<b>550.061</b>	<b>1.213.838</b>

## 13. Debêntures

#### a) Composição das debêntures em circulação

	Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais		
				2005	2004
4ª emissão – série única	Flutuante	99.908	TJLP + 3,5%	-	43.184
5ª emissão – 1ª série	Flutuante	40.149	CDI + 0,95%	<b>419.469</b>	418.202
<b>Controladora – Curto e longo prazos</b>				<b>419.469</b>	461.386
Sendas	Conversíveis	10.550	TJLP + 4,0%	-	132.583
<b>Consolidado – Curto e longo prazos</b>				<b>419.469</b>	593.969
Exigível a longo prazo				<b>(401.490)</b>	(524.553)
Passivo circulante				<b>17.979</b>	69.416

As debêntures de longo prazo (quinta emissão – primeira série) têm vencimento em 2007.

#### b) Movimentação das debêntures

	Número de debêntures	Valor
Em 31 de dezembro de 2003	140.057	502.437
Sendas – 1ª série	10.550	119.099
Amortização do principal – 4ª emissão	-	(41.235)
Juros líquidos de pagamentos	-	13.668
Em 31 de dezembro de 2004	150.607	593.969
Amortização do principal Sendas – 1ª série	(10.550)	(131.746)
Amortização do principal – 4ª emissão	(99.908)	(43.466)
Juros líquidos de pagamentos	-	712
Em 31 de dezembro de 2005	40.149	419.469

#### c) Informações adicionais

- As debêntures da quarta emissão, série única, no montante de R\$ 47.063 foram pagas no terceiro trimestre de 2005.
- As debêntures da Sendas – primeira série, no montante de R\$ 139.499 foram pagas no primeiro trimestre de 2005.

Quinta emissão – em 4 de outubro de 2002, os acionistas aprovaram a emissão e a colocação pública de R\$ 600.000 em 60.000 debêntures não-conversíveis. A Companhia recebeu recursos equivalentes a R\$ 411.959 de 40.149 debêntures não-conversíveis emitidas da primeira emissão. As debêntures são indexadas à taxa média dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e têm juros de 1,45% ao ano, pagáveis a cada seis meses. A primeira série foi renegociada em 9 de setembro de 2004, a juros com base na taxa média do CDI mais 0,95% ao ano a partir de 1º de outubro de 2004, pagável semestralmente, com início em 1º de abril de 2005 e término em 1º de outubro de 2007. As debêntures não estarão sujeitas à renegociação até a data de vencimento, em 1º de outubro de 2007. A Companhia deve estar em conformidade com determinadas cláusulas restritivas (*debt covenants*) calculadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil: (i) dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber) inferior ao saldo do patrimônio líquido; (ii) manutenção de um índice entre dívida líquida e EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização) inferior ou igual a quatro.

## 14. Provisão para Contingências

O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte dos seus assessores jurídicos. A provisão para contingências foi constituída em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Tributárias:				
COFINS e PIS (i)	873.285	762.361	921.963	805.733
Imposto de renda (ii)	-	10.658	-	10.658
Trabalhistas	42.419	28.052	44.567	29.065
Cíveis e outros	95.335	68.324	110.381	76.868
	1.011.039	869.395	1.076.911	922.324

#### a) Tributárias

As contingências tributárias são indexadas pela SELIC (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) (19,1% em 2005 e 17,7% em 2004) e estão sujeitas, em alguns casos, a multas. Em todos os casos os referidos juros e multa, quando aplicável, foram computados sobre valores não pagos, estando integralmente provisionados.

#### i) COFINS e PIS

A alíquota da COFINS aumentou de 2% para 3% em 1999, e a base tributária da COFINS e do PIS foi estendida em 1999 para que englobasse outros tipos de receita, inclusive receita financeira. A Companhia está contestando a majoração das alíquotas de contribuições à COFINS e ao PIS. A provisão de COFINS e PIS registra os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, decorrentes da sentença judicial movida pela Companhia e suas controladas, pleiteando o direito de não aplicar o disposto na Lei Nº 9.718/98, permitindo o recolhimento da COFINS nos termos da Lei Complementar Nº 70/91 (2% sobre o faturamento) e do PIS nos moldes da Lei Nº 9.715/98 (0,65% sobre o faturamento), a partir de 1º de fevereiro de 1999.

#### ii) Imposto de renda

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 10.658 e em junho de 2005 foi liquidado financeiramente.

#### b) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia mantinha uma provisão de R\$ 44.567 (2004 – R\$ 29.065) para contingências relacionadas a processos trabalhistas. A Administração, com a ajuda de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas quando prováveis e razoavelmente estimadas considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela TR (Taxa Referencial de Juros) (2,8% em 2005 e 1,5% em 2004) mais juros mensais de 1%.

#### c) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outros em diversos níveis judiciais. A Companhia constitui provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos considerarem que as perdas sejam prováveis.

#### d) Perdas possíveis

A Companhia tem outras contingências que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis mas não-prováveis, portanto não provisionadas, em 31 de dezembro de 2005, como segue (valor total de R\$ 76.674 em 31 de dezembro de 2004):

- Imposto sobre Circulação e Serviços – A Companhia sofreu autuação fiscal de ICMS, referente às transações de compra, industrialização e venda para exportação de soja e seus derivados, em que, no entender da autoridade fiscal, inexistiu a circulação de mercadorias, cuja perda considerada como possível perfaz o valor de R\$ 70.393.
- INSS – A Companhia sofreu autuação fiscal relativa à cobrança de encargos sociais sobre benefícios concedidos a seus empregados, cuja perda considerada como possível perfaz o valor de R\$ 121.572.
- Imposto de Renda – A Companhia sofreu autuação fiscal relativa à exclusão da base de cálculo do IRPJ relacionada ao contas a pagar de determinados tributos que se encontra com exigibilidade suspensa, que no entender da autoridade fiscal não deveria ter sido excluída, cuja perda considerada como possível perfaz o valor de R\$ 36.985.

Eventuais mudanças na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para contingências.

#### e) Depósitos para recursos

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados) de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

#### f) Auditorias fiscais

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

### 15. Impostos Parcelados

Devido à jurisprudência desfavorável para outros processos semelhantes, a Companhia decidiu desistir de alguns processos e protocolou pedido para participação no Programa de Parcelamento Especial de Impostos – PAES, de acordo com a Lei Nº 10.680/2003. Esses parcelamentos de tributos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, podendo ser pagos em até 120 meses.



O parcelamento de tributos compreende os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Curto prazo (i)				
INSS	33.475	30.792	33.598	30.907
CPMF	12.770	11.635	14.632	13.359
Outros		387		387
	<b>46.245</b>	<b>42.814</b>	<b>48.230</b>	<b>44.653</b>
Longo prazo				
INSS	217.583	230.938	218.388	231.792
CPMF	82.980	87.261	95.083	100.049
	<b>300.563</b>	<b>318.199</b>	<b>313.471</b>	<b>331.841</b>

(i) A parcela de curto prazo do parcelamento de impostos está registrada na rubrica impostos e contribuições sociais a recolher.

## 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda	344.183	351.503	260.253	291.384
Imposto de renda à alíquota nominal	(86.046)	(87.876)	(65.063)	(72.846)
Incentivos fiscais de imposto de renda	2.862	1.545	3.076	1.674
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto de controlada	11.893	11.123	(5.269)	1.327
Ganhos líquidos por diluição de participação societária	-	92.460	-	102.156
Outras diferenças permanentes e de alíquota de contribuição social líquidas	(5.773)	11.888	14.262	17.233
Imposto de renda efetivo	(77.064)	29.140	(52.994)	49.544
Imposto de renda do exercício				
Corrente	(106.679)	(32.733)	(133.861)	(39.043)
Diferido	29.615	61.873	80.867	88.587
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(77.064)	29.140	(52.994)	49.544
Taxa efetiva	(22,4)	8,3	(20,4)	17,0

### b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda diferido no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos				
Prejuízos fiscais	-	-	251.307	224.152
Provisão para contingências	35.694	19.843	50.131	30.333
Provisão de hedge tributado pelo regime de caixa	16.120	-	42.329	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.621	7.723	5.944	8.017
Ágio amortizado	16.692	11.166	84.360	88.379
Ganhos diferidos líquidos por diluição de participação	17.425	30.427	17.425	31.871
Outros	11.558	4.336	16.833	4.710
Total do imposto de renda diferido ativo	<b>103.110</b>	<b>73.495</b>	<b>468.329</b>	<b>387.462</b>
Ativo circulante	66.807	3.036	84.745	23.538
Ativo realizável a longo prazo	36.303	70.459	383.584	363.924

Conforme disposto na Instrução CVM Nº 371, em 31 de dezembro de 2005 a Companhia e suas controladas mantêm registrados imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no montante de R\$ 103.110 (R\$ 73.495 em 2004) na controladora e R\$ 468.329 (R\$ 387.462 em 2004) no consolidado.

O reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referem-se, basicamente, aos prejuízos fiscais a compensar que foram adquiridos do Sé Supermercados e àqueles gerados pela controlada Sendas Distribuidora, os quais, seguindo determinadas medidas de reestruturação, foram considerados de realização provável.

A Companhia prepara anualmente estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, que são aprovados pela Administração, indicando a capacidade de aproveitamento do crédito fiscal constituído.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários num prazo de até dez anos, como segue:

	2005	
	Controladora	Consolidado
2006	66.807	84.745
2007	16.372	36.121
2008	16.182	41.520
2009	3.749	35.944
2010 a 2014	-	269.999
	<u>103.110</u>	<u>468.329</u>

## 17. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de 200.000.000.000 ações conforme AGE realizada em 22 de junho de 2005. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 113.667.915.433 (113.522.239.433 em 2004) ações nominativas sem valor nominal, sendo 49.839.925.688 (63.470.811.399 em 2004) ações ordinárias com direito a voto e 63.827.989.745 (50.051.428.034 em 2004) ações preferenciais.

Movimentação do capital social e da quantidade de ações:

	Quantidade de ações – mil		
	Capital social	Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2003	3.157.178	49.971.428	63.470.811
Capitalização de reservas			
De capital	172.122	-	-
De lucros	178.324	-	-
Integralização	-	-	-
Opção de compra de ações Série III	1.797	80.000	-
Em 31 de dezembro de 2004	<u>3.509.421</u>	<u>50.051.428</u>	<u>63.470.811</u>
Transferência	-	13.630.885	(13.630.885)
Capitalização de reservas (Nota 1 (c))			
De lucros	164.374	-	-
Opção de compra de ações (Nota 17(f)) Série VII	6.445	145.677	-
Em 31 de dezembro de 2005	<u>3.680.240</u>	<u>63.827.990</u>	<u>49.839.926</u>

### b) Direitos das ações

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm a preferência na distribuição do capital em caso de liquidação. Cada detentor de ações tem direito, de acordo com o estatuto social da Companhia, a receber um montante proporcional com base no total das ações ordinárias e preferenciais em circulação, correspondente a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual determinado com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desde que os lucros sejam distribuíveis, e após as transferências para as reservas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, em um montante

proporcional de quaisquer dividendos adicionais declarados. A partir de 2003, as ações preferenciais passaram a ter o direito a receber um dividendo 10% maior que o dividendo pago para as ações ordinárias.

O estatuto social da Companhia determina que, desde que os recursos estejam disponíveis, é garantido às ações preferenciais um dividendo mínimo no valor de R\$ 0,15 por lote de mil ações, e os dividendos referentes às ações preferenciais devem ser 10% maiores que os dividendos de ações ordinárias até, ou se determinado pelos acionistas, acima do limite obrigatório de distribuição.

Conforme determina a legislação societária brasileira, a Administração deve propor dividendos ao final do exercício para atingir o dividendo obrigatório, que pode incluir juros sobre capitais próprios, líquidos de imposto.

### c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal: a reserva legal pode ser transferida para capital ou utilizada para absorver prejuízos acumulados, mas em geral não pode ser disponibilizada para a distribuição de dividendos em dinheiro.

A reserva legal é formada por apropriações de 5% do lucro líquido anual, apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, antes de qualquer apropriação e observando o limite de 20% do capital.

(ii) Reserva de lucros a realizar: a reserva de lucros a realizar representa lucros inflacionários resultantes do sistema de indexação adotado na elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigência até 31 de dezembro de 1995. A Companhia transfere essa reserva para lucros acumulados à medida que os correspondentes ativos forem depreciados ou baixados, ocasião em que a mencionada reserva se tornará disponível para distribuição de dividendos.

(iii) Reserva para expansão: montante aprovado pelos acionistas visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente após as determinações legais.

(iv) Retenção de lucros: o saldo em 31 de dezembro de 2005 está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas para destinação.

### d) Dividendos propostos

Em 31 de dezembro de 2005, a Administração propôs, para deliberação da Assembléia Geral Ordinária – AGO, dividendos a serem distribuídos, calculados como segue:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	256.990	369.830
Realização de lucros a realizar	4.069	4.899
Reserva legal	(12.849)	(18.492)
Base de cálculo dos dividendos	248.210	356.237
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	62.053	89.059
(R\$ 0,51689 por lote de mil ações ordinárias)	25.762	47.691
(R\$ 0,56857 por lote de mil ações preferenciais)	36.291	41.368

### e) Plano de participação dos empregados nos lucros

O plano de participação dos empregados nos lucros foi formalizado em 2004 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela Administração da Companhia. Os objetivos estabelecidos para 2005 foram plenamente cumpridos e estão relacionados ao cumprimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional propostos. Em função das metas cumpridas, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de novembro de 2005, o montante de R\$ 14.453 (R\$ 14.317 em 2004).

### f) Plano de opção de compra de ações preferenciais

A Companhia oferece plano de opção de outorga de compra de ações preferenciais para administradores e empregados. O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

O preço de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção. O percentual pode variar para cada beneficiário ou série.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da opção (primeira *tranche*) e (ii) 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da opção (segunda *tranche*), ficando condicionada uma quantidade de ações com vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário.

O preço da opção na data da concessão até a data do exercício da opção pelo funcionário é corrigido pelo IGP-M, deduzido dos dividendos atribuídos no período. As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Quantidade de ações (lote de mil)	Preço na data da concessão	Preço da concessão em 31/12/2005
Opções em vigor			
Série V – 2 de abril de 2001	361.660	64,00	104,57
Série VI – 15 de março de 2002	412.600	47,00	69,73
Série VII – 16 de maio de 2003	499.840	40,00	44,23
Série VIII – 30 de abril de 2004	431.110	52,00	55,55
Série IX – 15 de abril de 2005	494.545	52,00	50,78
	2.199.755		
Opções exercidas			
Série VII – 13 de dezembro de 2005 (1ª tranche)	(145.677)		
Opções canceladas			
	(434.505)		
Saldo de opções em vigor	1.619.573		
Opções não concedidas			
	1.780.427		
Total atual do plano	3.400.000		

Em 31 de março de 2005 foi encerrada a série IV, não havendo nenhuma conversão. Em 31 de março de 2004 foi exercida, capitalizada e encerrada a série III. As séries I e II foram encerradas em 2001 e 2002, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor da ação preferencial da Companhia, na Bolsa de Valores de São Paulo, estava cotada a R\$ 76,90 por lote de mil ações.

## 18. Instrumentos Financeiros

### a) Considerações gerais

A Administração avalia que os riscos de concentração em instituições financeiras é baixo, pois as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

### b) Concentração de risco de crédito

A Companhia efetua vendas diretamente aos clientes. O risco de crédito é minimizado devido à grande carteira de clientes e aos procedimentos de controles atualmente adotados com o objetivo de monitorar a capacidade de pagamento dos clientes. Os adiantamentos a fornecedores são efetuados somente a fornecedores selecionados. A situação financeira dos fornecedores é constantemente analisada para limitar o risco de crédito.

A fim de minimizar o risco de crédito dos investimentos, a Companhia adota políticas que restringem o numerário e/ou investimentos que podem ser alocados a uma única instituição financeira e que levam em consideração limites monetários e avaliações de crédito da instituição financeira.

### c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2005 se aproximam do seu valor de mercado, refletindo os vencimentos ou reajuste frequente de preço desses instrumentos, e podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e bancos	108.726	108.726	168.603	168.603
Aplicações financeiras de curto prazo	621.906	621.906	1.542.234	1.542.234
Fundo de investimentos em direitos creditórios	186.051	186.051	-	-
	916.683	916.683	1.710.837	1.710.837
Passivo				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	925.927	926.029	1.636.452	1.648.074
Debêntures de curto e longo prazos	419.469	407.432	419.469	407.432
	1.345.396	1.333.461	2.055.921	2.055.506

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e vencimentos remanescentes similares.

Com o objetivo de trocar os encargos financeiros e variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira para moeda local, a Companhia contratou operações de *swap*, fixando os referidos encargos à variação do CDI, que reflete o valor de mercado.

#### d) Administração de risco de taxa de câmbio e de juros

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo taxas de juros tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia. As transações são feitas pela área de operações financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pela Administração.

Os *swaps* de moeda e de taxa de juros permitem que a Companhia troque empréstimos de curto e longo prazos (Nota 12), contraídos a taxas de juros fixas em dólares norte-americanos, por empréstimos contraídos a taxas de juros flutuantes em reais. Em 31 de dezembro de 2005, os saldos dos financiamentos de curto e longo prazos contraídos em dólares norte-americanos, no montante de R\$ 1.249.614 (US\$ 533.863) (2004 – R\$ 1.647.398 – US\$ 620.629), incluem financiamento, no montante de R\$ 1.234.476 (US\$ 527.396) (2004 – R\$ 1.639.341 – US\$ 617.593), a taxa de juros com média ponderada de 5,5% por ano (2004 – 4,51%), cobertos por *swaps* de taxas flutuantes ligados a um percentual da taxa de juros interbancários (CDI), em reais, calculados à taxa média ponderada de 103,7% do CDI (2004 – 103,4% do CDI).

## 19. Cobertura de Seguros (não auditada)

Em 31 de dezembro de 2005, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	R\$ 5.818.682
Lucro	Lucros cessantes	R\$ 2.900.000
Numerário	Roubo	R\$ 43.473

Adicionalmente, a Companhia mantém apólice específica para responsabilidade civil no montante de R\$ 40.430.

## 20. Resultado Não-Operacional

As receitas não-operacionais líquidas decorreram, principalmente, do reconhecimento parcial dos ganhos por diluição relacionados à associação com o Itaú, em montante líquido de R\$ 38.140 em 2005 (R\$ 90.835 em 2004) (vide Nota 9 (d)), do resultado líquido derivado da venda de imóveis ao Grupo Diniz (vide Nota 10) e da baixa de imobilizado relativo ao fechamento de lojas ocorrido no ano.

## 21. Informações Suplementares

A Companhia apresenta a seguir como informação suplementar as demonstrações do fluxo de caixa elaboradas de acordo com a NPC-20 do IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia. O demonstrativo está dividido entre atividades operacionais, de investimentos e financeiras.

A Companhia apresenta também as demonstrações do valor adicionado elaboradas de acordo com os Pareceres de Orientação CVM Nº 15/87 e Nº 24/92 e o Ofício Circular CVM Nº 01/00. O modelo utilizado é o proposto pela NBCT Nº 3.7 do Conselho Federal de Contabilidade e apresenta o valor da riqueza criada pela Companhia e a forma que essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, capital de terceiros e acionistas.

a) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Períodos findos em			
	2005	2004	2005	2004
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	256.990	369.830	256.990	369.830
Ajuste para reconciliação do lucro líquido				
Imposto de renda diferido	(29.615)	(61.873)	(80.867)	(88.587)
Valor residual de ativos permanentes baixados	(29.224)	67.814	(13.689)	72.565
Ganhos líquidos por diluição societária	(38.140)	(248.131)	(56.780)	(249.624)
Depreciação e amortização	456.186	401.563	625.281	489.569
Juros e variações monetárias, líquidos dos pagos	12.091	(34.392)	153.071	97.445
Equivalência patrimonial	(47.576)	(44.496)	16.190	(5.307)
Provisão para contingências	44.234	134.348	51.855	125.548
Participação minoritária	-	-	(64.184)	(43.219)
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber	27.203	94.030	19.971	(101.563)
Aplicação financeira de longo prazo	-	-	-	(118.070)
Adiantamento a fornecedores e funcionários	(3.873)	11.933	(3.767)	12.403
Estoques	(25.677)	33.073	(25.638)	(48.838)
Impostos a recuperar	47.027	(104.021)	49.844	(106.059)
Outros ativos	(37.834)	13.727	55.503	26.851
Partes relacionadas	(355.915)	63.035	(3.627)	(47.588)
Depósitos judiciais	(7.632)	(23.204)	(30.919)	(30.057)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	94.615	164.323	108.785	144.290
Salários e encargos sociais	8.352	23.902	7.382	27.698
Impostos e contribuições sociais a recolher	(31.289)	(95.940)	(30.163)	(126.539)
Demais contas a pagar	12.175	9.198	28.242	5.770
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>352.098</b>	<b>774.719</b>	<b>1.063.480</b>	<b>406.518</b>

a) Demonstração do fluxo de caixa – continuação

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	(29.960)	-	-
Realização de participação societária	-	-	-	309.007
Aumento de participação minoritária	-	-	-	135.676
Aquisição de empresas	(2.500)	(2.328)	(21.537)	(2.343)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(715.673)	(467.771)	(878.063)	(557.095)
Aumento no ativo diferido	(72.884)	(950)	(74.540)	(19.602)
Adiantamento p/ futura venda de imóveis	-	-	-	-
Venda de bens do imobilizado	1.032.047	1.049	1.036.301	1.138
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>240.990</b>	<b>(499.960)</b>	<b>62.161</b>	<b>(133.219)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital	6.445	1.797	6.445	1.797
Subscrição de cotas FIDC	-	-	-	119.986
Financiamentos				
Captações e refinanciamentos	289.666	811.188	899.814	1.233.663
Pagamentos	(829.086)	(1.238.032)	(1.411.474)	(1.449.312)
Pagamentos de dividendos	(89.059)	(54.792)	(89.059)	(54.792)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(622.034)</b>	<b>(479.839)</b>	<b>(594.274)</b>	<b>(148.658)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido no caixa, bancos e aplicações financeiras</b>	<b>(28.946)</b>	<b>(205.080)</b>	<b>531.367</b>	<b>124.641</b>
Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício	730.632	759.578	1.710.837	1.108.987
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício	759.578	964.658	1.179.470	984.346
<b>Varição no caixa, bancos e aplicações financeiras</b>	<b>(28.946)</b>	<b>(205.080)</b>	<b>531.367</b>	<b>124.641</b>
Informações suplementares de fluxo de caixa				
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	418.187	363.918	547.343	384.455

## b) Demonstração do valor adicionado

	Controladora				Consolidado			
	Períodos findos em							
	2005	%	2004	%	2005	%	2004	%
<b>Receitas</b>								
Vendas de mercadorias	11.339.629		10.876.160		16.120.963		15.297.446	
Baixa de créditos	(29.156)		(7.687)		(36.888)		(11.687)	
Não-operacionais	35.799		99.016		32.131		80.278	
	<b>11.346.272</b>		<b>10.967.489</b>		<b>16.116.206</b>		<b>15.366.037</b>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>								
Custo das mercadorias vendidas	(8.095.872)		(7.766.390)		(11.508.064)		(11.008.773)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(758.955)		(728.824)		(1.186.831)		(1.185.071)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.491.445</b>		<b>2.472.275</b>		<b>3.421.311</b>		<b>3.172.193</b>	
<b>Retenções</b>								
Depreciação e amortização	(459.691)		(401.563)		(630.283)		(489.569)	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>2.031.754</b>		<b>2.070.712</b>		<b>2.791.028</b>		<b>2.682.624</b>	
<b>Recebido em transferência</b>								
Equivalência patrimonial	47.576		44.496		(16.190)		5.307	
Participação minoritária	-		-		64.184		43.219	
Receitas financeiras	323.762		279.987		446.698		336.560	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.403.092</b>	100	<b>2.395.195</b>	100	<b>3.285.720</b>	100	<b>3.067.710</b>	100
<b>Distribuição do valor adicionado</b>								
Pessoal e encargos	(864.785)	36,0	(832.587)	34,8	(1.221.736)	37,2	(1.128.050)	36,7
Impostos, taxas e contribuições	(640.899)	26,7	(555.091)	23,2	(819.878)	25,0	(690.461)	22,5
Juros e aluguéis	(640.418)	26,6	(637.687)	26,6	(987.116)	30,0	(879.369)	28,7
Dividendos	(62.053)	2,6	(89.059)	3,7	(62.053)	1,9	(89.059)	2,9
<b>Retenção de lucros</b>	<b>194.937</b>	8,1	<b>280.771</b>	11,7	<b>194.937</b>	5,9	<b>280.771</b>	9,2



# PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Brasileira de Distribuição

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Brasileira de Distribuição e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das empresas investidas Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Miravalles Empreendimentos e Participações S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos montantes dos ativos, passivos e resultados advindos dessas investidas, está baseada exclusivamente nos pareceres de auditoria daqueles auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas financeiras mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nosso exame e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição, e a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras no primeiro parágrafo. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão sendo apresentadas na nota explicativa 21 para propiciar informações adicionais sobre a Companhia e empresas controladas, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Essas informações financeiras suplementares foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião e com base nos pareceres de outros auditores independentes mencionados no primeiro parágrafo, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de março de 2006.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/0-6

Sergio Ricardo Romani  
Contador CRC-1RJ072321/S-0



GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

AV. BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 3.172 – JARDIM PAULISTA – 01402 901 – SÃO PAULO – SP – BRASIL

TELEFONE + [ 55 11 ] 3886 0421 – FAX + [ 55 11 ] 3884 2677 – E-MAIL [cdb.ri@paodeacucar.com.br](mailto:cdb.ri@paodeacucar.com.br)

[www.cbd-ri.com.br](http://www.cbd-ri.com.br)